



Determinantes comerciais das escolhas e comportamentos alimentares

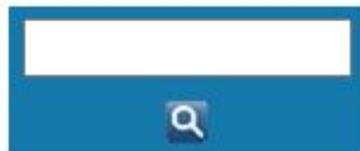
Prof.a Ana Paula Bortoletto Martins

Disciplina HNT-5778 Determinantes da Escolha de Alimentos

Modelo proposto pelo Painel de Especialistas do Comitê de Segurança Alimentar da FAO (HLPE)



HLPE
High Level
Panel of Experts



FAO Home

HLPE - High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition

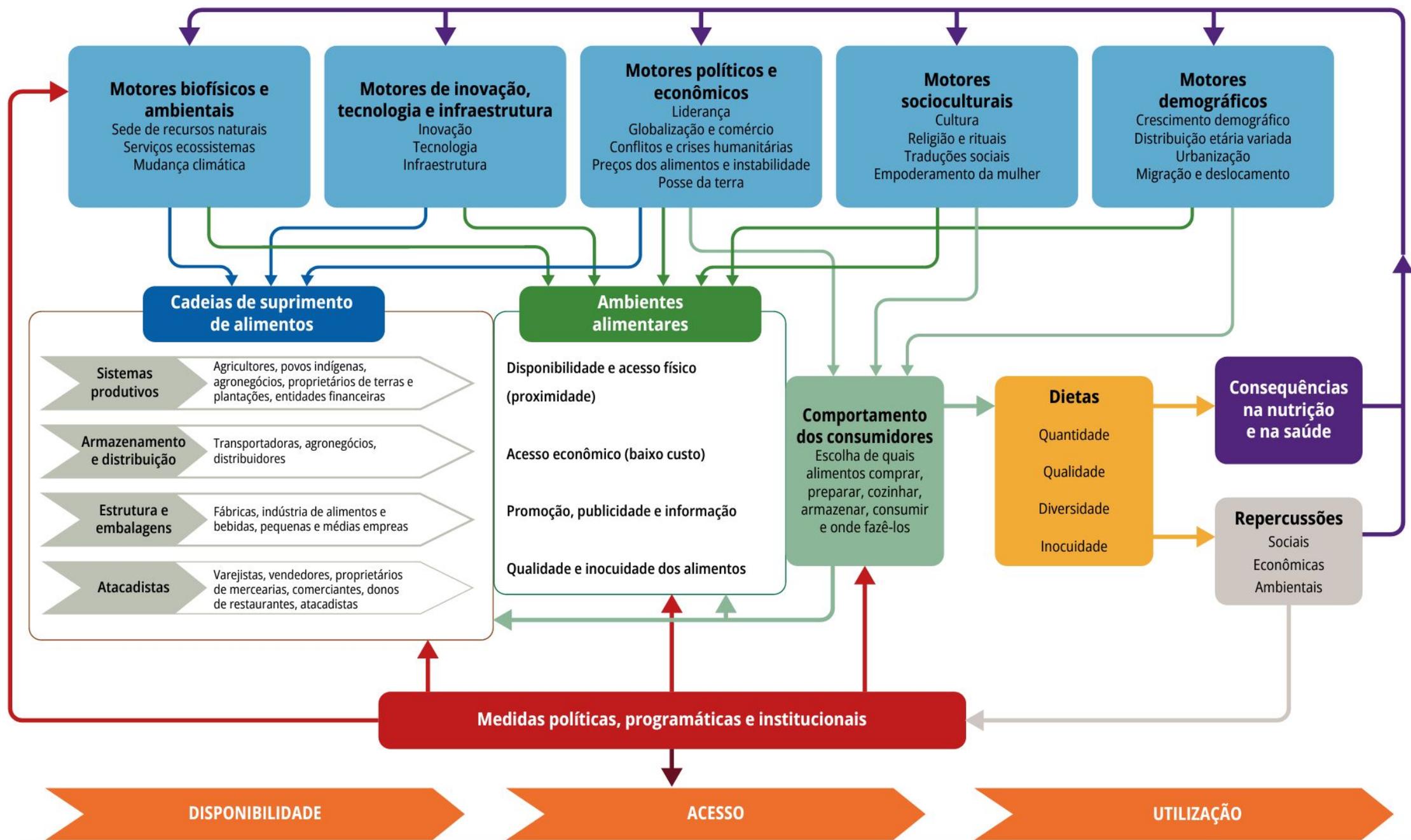
ABOUT THE HLPE

The High Level Panel of Experts (HLPE) on food security and nutrition was established as part of the 2009 reform of the international governance of food security, to advise the Committee on World Food Security (CFS) which is the foremost intergovernmental and international platform dealing with food security and nutrition.

In 2009, the Committee on World Food Security went through a reform to make it more effective by including a wider group of stakeholders and increasing its ability to promote policies that reduce food insecurity. An important part of this reform was the creation of the HLPE to keep CFS up to date with world wide knowledge and abreast of emerging trends in food security. The HLPE should lead to more informed policy debates and improve the quality, effectiveness and coherence of food security and nutrition policies from local to international levels.

DOCUMENTS

- ▶ [HLPE Key Elements](#) (last update October 2018)
- ▶ [Internal procedures for the work of the HLPE](#) (December 2018).
- ▶ [HLPE Rules and Procedures](#) (2010)
- ▶ [CFS Reform Document](#) (2009)



Proposta da aula



- 1- Definições e conceitos chave
- 2 - Determinantes Comerciais da Saúde na Agenda das Doenças Crônicas não Transmissíveis e da alimentação e nutrição
- 3- Estudo de caso no Brasil: rotulagem de alimentos
- 4- Evidências e denúncias sobre práticas políticas corporativas no mundo e no Brasil
- 5-Caminhos para mudança e potenciais soluções



“Os esforços para prevenir doenças não transmissíveis vão contra os interesses comerciais de poderosos operadores econômicos. Na minha opinião, esse é um dos maiores desafios para a promoção da saúde... não são mais apenas as multinacionais de tabaco. A saúde pública também deve lutar contra as gigantes de alimentos ultraprocessados, de refrigerantes e de álcool. Todas essas indústrias temem a regulamentação e se protegem usando as mesmas táticas.”

– Dra. Margaret Chan
Ex-diretora-geral, OMS
2006 – 2017 ^[37]



Collin e Hill 2016 - Epidemias industriais:

Estratégias contemporâneas para abordar as DCNT: focadas em **comportamentos individuais** e **negligenciam** o papel que as empresas privadas desempenham

"As empresas de tabaco são cada vez mais vistas como vetores de doenças contra as quais as políticas de saúde exigem proteção, em contraste com as indústrias de alimentos processados e álcool, que são amplamente descritas como possíveis parceiros na política de saúde".

REVIEW

Open Access

An overview of the commercial determinants of health



Melissa Mialon 

Abstract

Background: Different terms are described in the literature that refer to commercial determinants as drivers of ill-health. The aim of the present review was to provide an overview of the commercial determinants of health, through a review of the literature on this subject. The review was conducted in December 2019 and updated in February 2020. Searches were conducted from peer-reviewed scientific articles, commentaries, books, and books chapters, with no restriction in their publication dates and languages.

Main body: The commercial determinants of health cover three areas. First, they relate to unhealthy commodities that are contributing to ill-health. Secondly, they include business, market and political practices that are harmful to health and used to sell these commodities and secure a favourable policy environment. Finally, they include the global drivers of ill-health, such as market-driven economies and globalisation, that have facilitated the use of such harmful practices.

Short conclusion: The discussion on the commercial determinants of health offers a unique opportunity to shift the dominant paradigm in public health, where individual behaviours are considered to be driven by inadequate environments. Ill-health, damages to the environment, and health and social inequalities, might be better understood through a commercial determinant lens.

Keywords: Commercial determinants of health, Corporate political activity, Industry, Public health, Non-communicable diseases

1- Definições e conceitos chave

Definições



Kickbush, 2016

Determinantes comerciais da saúde - estratégias e abordagens usadas pelo setor privado para promover produtos e escolhas que são prejudiciais à saúde

Determinantes comerciais da saúde - The Lancet 2023



Prof Anna B Gilmore, Alice Fabbri, Prof Fran Baum, Adam Bertscher, Krista Bondy, Ha-Joon Chang, Sandro Demaio, Agnes Erzse,, Nicholas Freudenberg, Sharon Friel, Prof Karen J Hofman, **Paula Johns**, Safura Abdool Karim, Jennifer Lacy-Nichols, **Camila Maranhã Paes de Carvalho**, Robert Marten, Prof Martin McKee, Prof Mark Petticrew, Lindsay Robertson, Viroj Tangcharoensathien, Anne Marie Thow.

The Lancet

Volume 401 Issue 10383 Pages 1194-1213 (April 2023)

DOI: 10.1016/S0140-6736(23)00013-2

THE LANCET

[Submit Article](#) [Log in](#)

Series from the Lancet journals

[View all Series](#)

Commercial determinants of health

Published: March 23, 2023

Executive Summary

Commercial actors can contribute positively to health and society, and many do, providing essential products and services. However, a substantial group of commercial actors are escalating avoidable levels of ill health, planetary damage, and inequity—the commercial determinants of health. While policy solutions are available, they are not currently being implemented, and the costs of harm caused by some products and practices are coming at a great cost to individuals and society.

A new *Lancet* Series on the commercial determinants of health provides recommendations and frameworks to foster a better understanding of the diversity of the commercial world, potential pathways to health harms or benefits, and the need for regulatory action and investment in enterprises that advance health, wellbeing, equity, and society.

Editorial

Unravelling the commercial determinants of health

The Lancet
The Lancet, Vol. 401, No. 10383



Related Content

VIEWPOINT

The public health playbook: ideas for challenging the corporate playbook

Jennifer Lacy-Nichols, Robert Marten, Eric Crosbie, Rob Moodie

The Lancet Global Health, Vol. 10, No. 7

[Open Access](#)

[Full-Text HTML](#) | [PDF](#)

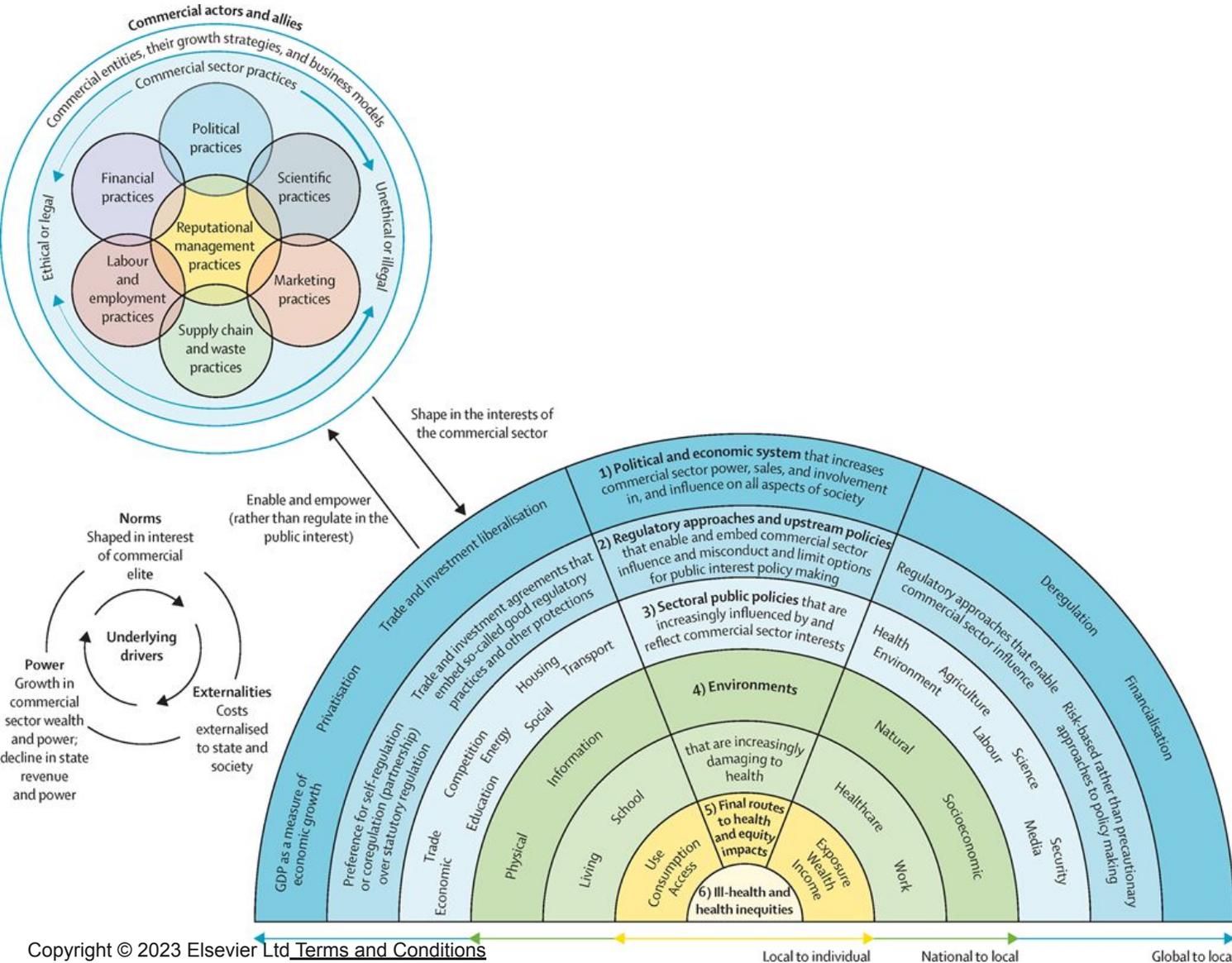
[PERSONAL VIEW](#)

Determinantes comerciais da saúde são os sistemas, práticas e caminhos pelos quais os atores comerciais impulsionam a saúde e a equidade.

4 elementos chave:

- 1) Abrange todas as entidades comerciais, e não apenas corporações, porque reconhecemos sua diversidade - de pequenos proprietários a corporações transnacionais.
- 2) Transmite a ideia de complexidade, indo além de um simples foco em commodities insalubres e lucros como o único condutor, em vez disso, reconhece que os vínculos entre o setor comercial e a saúde são variados, envolvendo complexos sistemas políticos, econômicos e sociais.
- 3) Deliberadamente neutra, visando reconhecer as contribuições positivas e negativas e o potencial de mudança.
- 4) Focada na saúde, humana e planetária

Modelo dos determinantes comerciais da saúde - patológico - atual

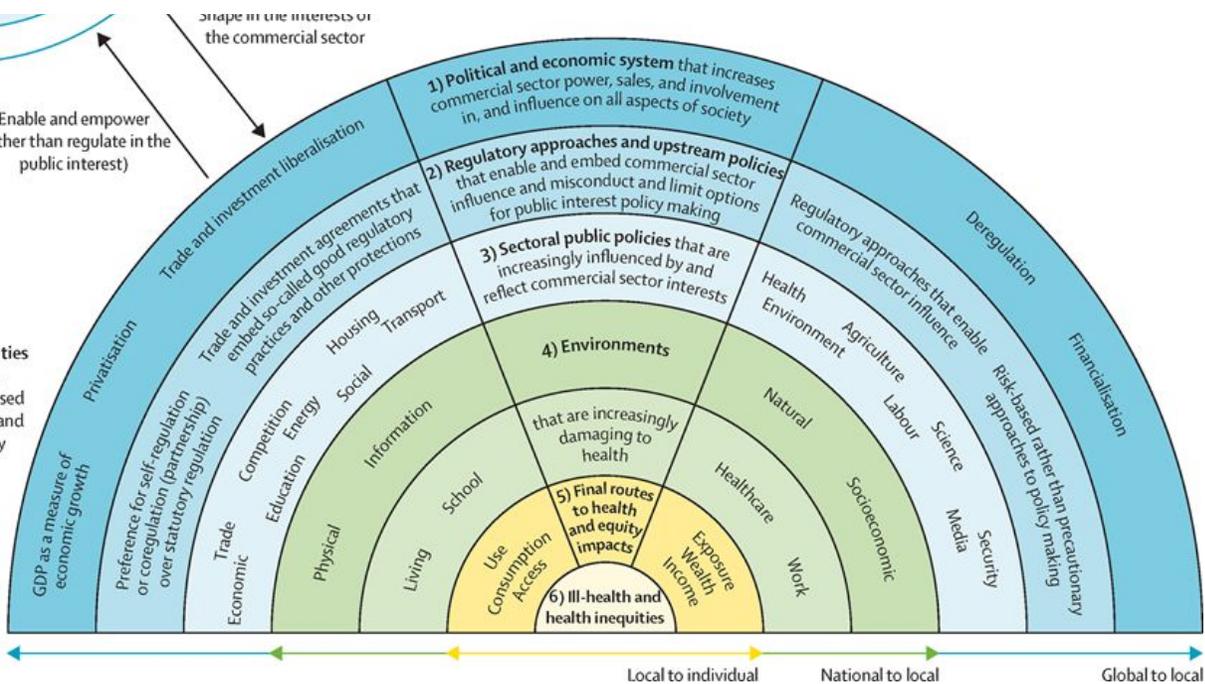


3 elementos principais:

- 1) sistema político e econômico (camada externa),
- 2) setor comercial (círculo superior esquerdo) e
- 3) principais impulsionadores: poder, externalidades e normas (setas circulares pretas).

As setas pretas sinalizam a complexa natureza interativa do sistema: que os atores comerciais moldam o sistema político e econômico e são moldados por ele (setas retas), enquanto as externalidades, o poder e as normas, se desmarcadas, podem levar a danos crescentes à saúde (setas circulares).

Níveis de influência dos determinantes comerciais sobre a saúde:

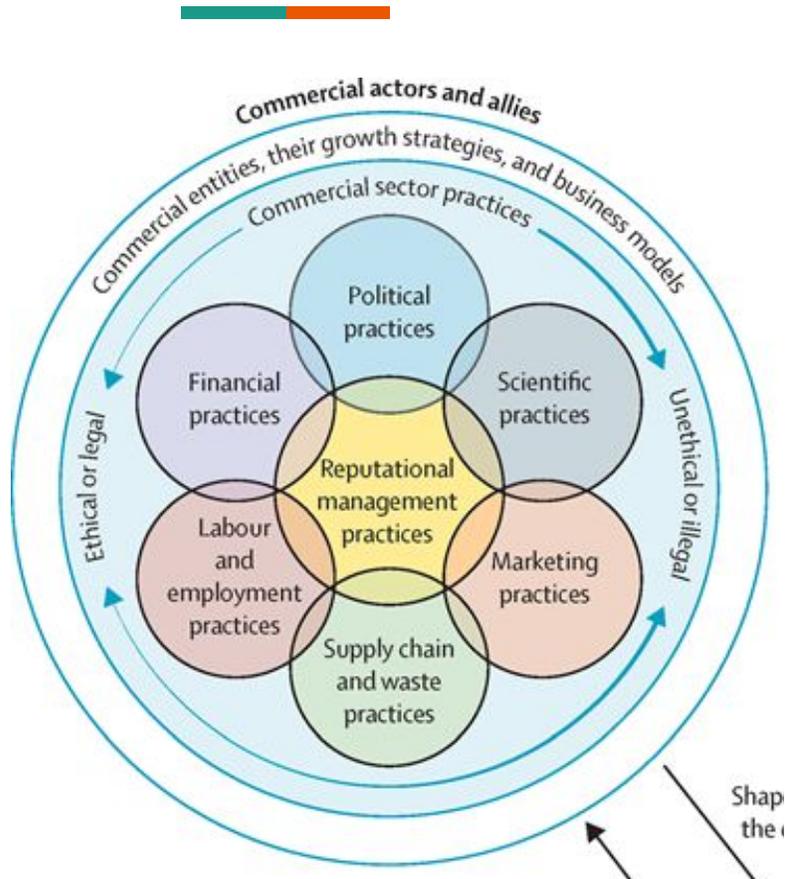


Nível 1: o sistema político e econômico: Neoliberalismo, economia globalizada e desregulada fazem mal para a saúde. A economia cada vez mais globalizada do século 20 enfraqueceu os estados para os atores privados transnacionais.

Nível 2: abordagens regulatórias e políticas upstream
A preferência pela auto-regulação ou co-regulação em detrimento da obrigatoriedade em todos os níveis de governança, apesar das substanciais limitações a esse tipo de regulação, já está estabelecida.

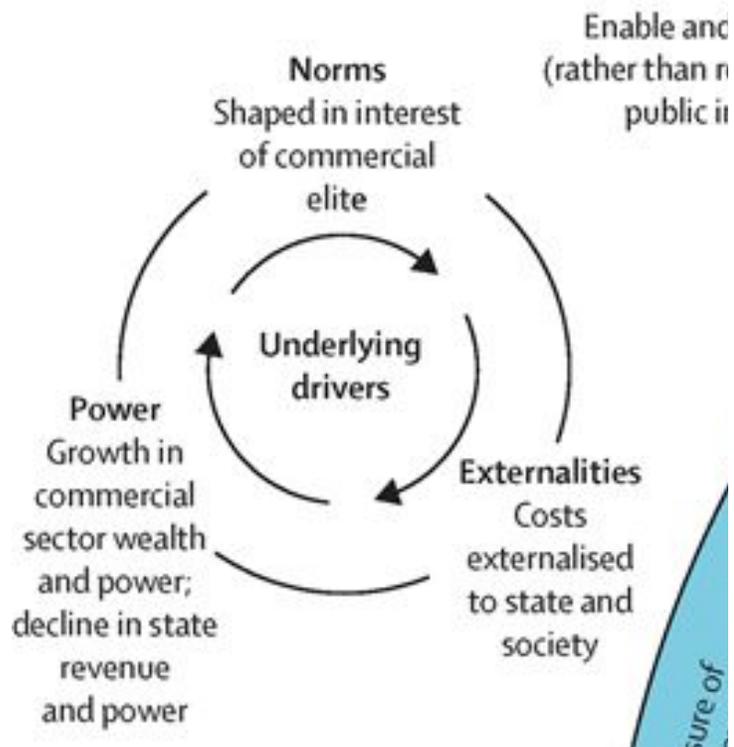
Nível 3: políticas públicas setoriais
Consequentemente, é cada vez mais difícil colocar a regulamentação estatutária na agenda e, uma vez lá, moldar a regulamentação no interesse público. Os debates sobre políticas tornam-se batalhas prolongadas nas quais as corporações transnacionais usam sua vantagem substancial de poder para bloquear, enfraquecer e atrasar políticas, com evidências de que isso ocorreu desde os níveis local até o supranacional.

categorias de práticas do setor comercial



- 1- **práticas políticas:** para garantir tratamento preferencial ou prevenir, moldar, contornar ou minar as políticas públicas (ou uma combinação dos anteriores) de forma a promover os interesses corporativos
- 2- **práticas científicas:** Práticas envolvendo a produção e uso da ciência para alterar produtos ou garantir resultados favoráveis (ou ambos) para a indústria
- 3- **práticas de publicidade:** Práticas para promover vendas de produtos ou serviços
- 4- **práticas sobre a cadeia de produção e gestão de resíduos:** Práticas envolvidas na criação, distribuição, varejo e gerenciamento de resíduos de produtos ou serviços
- 5- **práticas trabalhistas:** Práticas para gerenciar pessoas empregadas diretamente dentro ou sob contrato com a organização dentro de sua cadeia de produção
- 6- **práticas financeiras:** Práticas para apoiar a posição financeira da organização
- 7- **práticas de gestão de reputação:** Esforços para moldar legitimidade e credibilidade, reduzir riscos e melhorar a imagem da marca corporativa

“Underlying drivers: Conformando as normas sociais



> normas sociais: expectativas sociais, muitas vezes não escritas, sobre como os indivíduos, comunidades e organizações devem se comportar.

> intenção dos atores comerciais é moldar normas, ideias, crenças e valores em seu próprio interesse.

> capacidade de moldar normas dessa maneira requer recursos substanciais e é a forma mais oculta de poder*.

> as corporações transnacionais financiam e até criam organizações terceirizadas para transmitir suas mensagens, reconhecendo que a aparente independência da fonte dá maior credibilidade a seus enquadramentos.

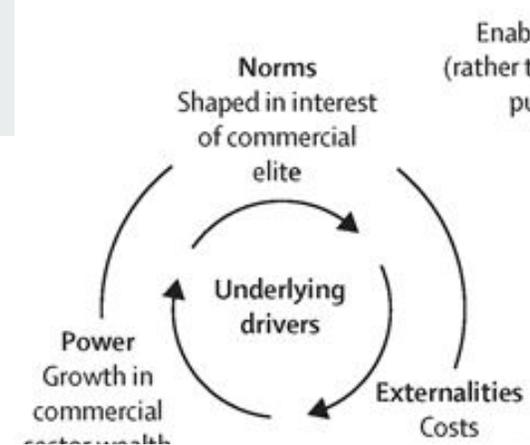
Conformando normas sociais



Herman e Chomsky descrevem como “o dinheiro e o poder são capazes de filtrar as notícias adequadas para impressão, marginalizar discordar e permitir que o governo e os interesses privados dominantes transmitam suas mensagens ao público”.

O papel dos atores comerciais na formulação de normas é muitas vezes negligenciado.

Exemplo: o termo pegada de carbono foi criado pela British Petroleum para diminuir os danos corporativos ao apontar o dedo para os indivíduos por meio de campanhas de relações públicas bem financiadas.



Parte do problema e parte da solução???

- > **normas organizacionais de parceria** foram estabelecidas com tanto sucesso que muitas instituições, incluindo órgãos e governos da ONU, passaram a trabalhar em parceria com atores comerciais, mesmo na área da saúde
- > persiste a norma de que **indústrias de commodities não saudáveis são parceiros confiáveis** apesar dos conflitos de interesse fundamentais e da evidência de que as abordagens de parceria são ineficazes;
- > abordagens de parceria reforçam os atores comerciais como parte da solução para os problemas que eles criaram;
- > Problemas como mudança climática, obesidade, bebida, fumo, jogos de azar e abuso de opióides são predominantemente enquadrados como más escolhas individuais: o jogador problemático; bebedor irresponsável etc...

Liberdade de escolhas??



Resultado: as corporações são absolvidas da culpa e se restringe a gama de soluções possíveis para intervenções focadas no indivíduo, notadamente a educação para corrigir falhas de mercado, ostensivamente ajudando os consumidores a fazerem escolhas supostamente melhores.

Essas soluções focadas no indivíduo são menos eficazes do que as soluções upstream no nível da população. Os consumidores não têm a capacidade (tempo ou recursos) para fazer a escolha certa, por mais educação que seja feita.

Pior ainda, as corporações transnacionais demonstraram reter ou confundir deliberadamente as informações que os consumidores precisam.

Norms

Political and economic norms

- Neoliberal norms—individual liberty and freedom, private over public control, deregulation

Policy norms

- Preference for self-regulation or coregulation over statutory regulation
- When statutory regulation is considered, policy-making rules prioritise commercial sector interests

Organisational norms

- Partnerships working across numerous organisations and spheres

Cultural norms

These norms encourage consumption and overconsumption

Frames

Public health problem

Involves

- A few ill-informed, irresponsible consumers

Does not involve

- The commercial actor

Public health solution

Involves

- Individual-level focus (ideally involving sale of additional corporate product)
- Education to correct market failure (ideally delivered by corporation including via poorly designed labelling)
- Industry (ie, delivery by or in partnership with industry)

Does not involve

- State regulation

Outcomes

Public health interventions

- Downstream, little effectiveness

Commercial actors

- Normalised and positioned as part of a solution (providing education or new product)
- Working in partnership with and influencing government, regulators, academia, etc
- Sales and profits increasing

Regulation

- Ineffective self-regulation or coregulation
- No or limited statutory regulation, focused on demand not supply side
- Policy inertia

Individual and population

- Consumption and harm increasing

Principal mensagem sobre o modelo patológico:



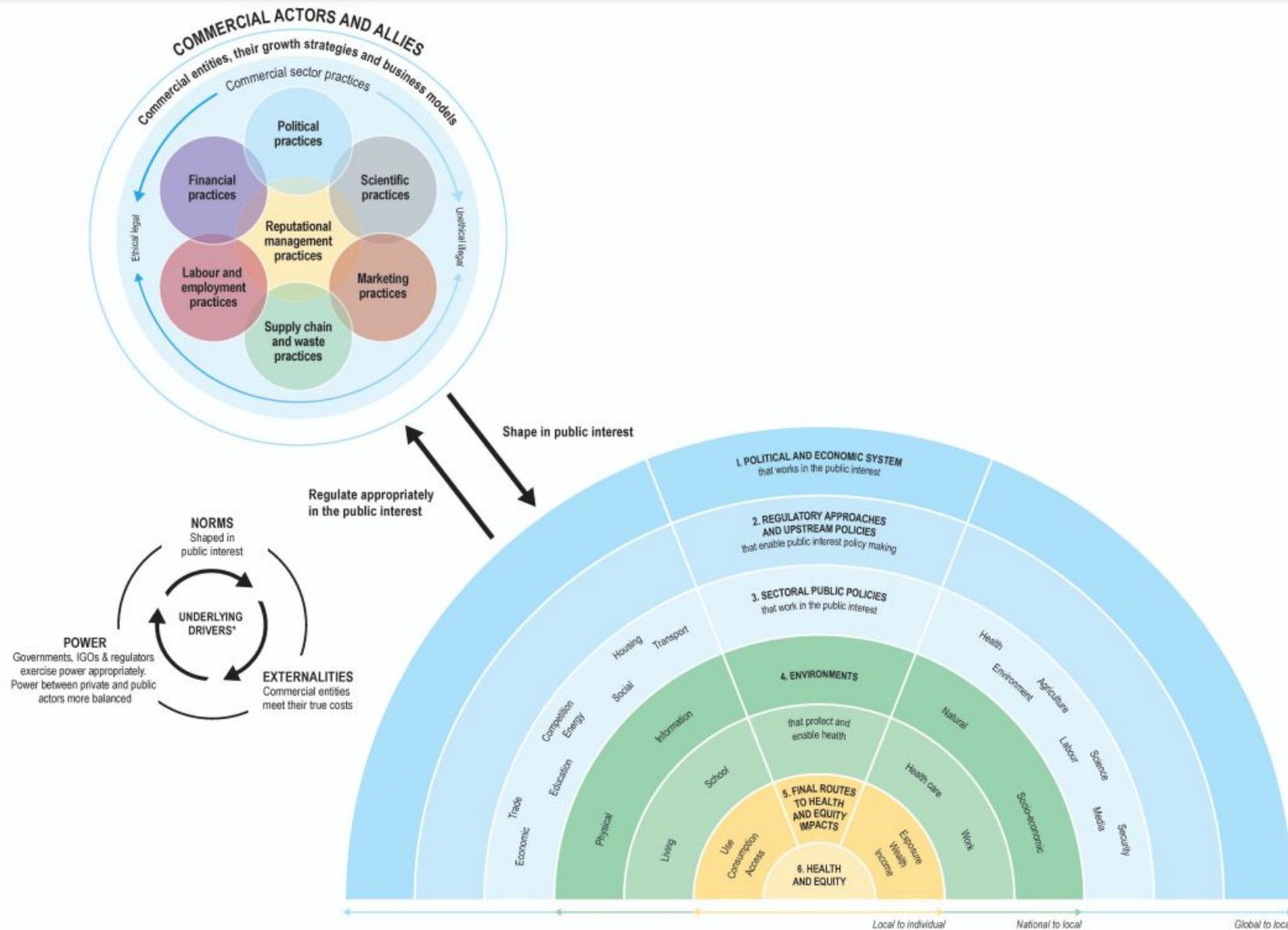
> Mudanças relacionadas aos 3 elementos do modelo (principalmente a emergência do neoliberalismo) e, conseqüentemente, aos freios e contrapesos do sistema, explicam por que o setor comercial está tendo um efeito cada vez mais negativo na saúde.

Essas mudanças levaram a:

- > um sistema político e econômico neoliberal cada vez mais globalizado;
- > corporações verdadeiramente transnacionais com enorme poder, influência e alcance;
- > o declínio simultâneo no poder e no papel do estado e outras forças compensatórias necessárias para responsabilizar o setor comercial.

Resultado: as “concentrações extraordinárias de riqueza e poder” entre um grupo restrito no qual executivos corporativos e investidores aparecem fortemente, e a **crescente interseção do poder corporativo e político**.

Modelo dos determinantes comerciais da saúde re-equilibrados no interesse público





Commercial Determinants of Health 2

Conceptualising commercial entities in public health: beyond unhealthy commodities and transnational corporations

Jennifer Lacy-Nichols, Sulakshana Nandi, Melissa Mialon, Jim McCambridge, Kelley Lee, Alexandra Jones, Anna B Gilmore, Sandro Galea, Cassandra de Lacy-Vawdon, Camila Maranhã Paes de Carvalho, Fran Baum, Rob Moodie

Lancet 2023; 401: 1214–28

Published Online

March 23, 2023

[https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(23\)00012-0](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(23)00012-0)

See [Editorial](#) page 1131

See [Comment](#) page 1137

See [Perspectives](#) pages 1147 and 1148

This is the second in a [Series](#) of three papers about commercial determinants of health. All papers in the Series are available at [thelancet.com/series/commercial-determinants-health](https://www.thelancet.com/series/commercial-determinants-health)

Centre for Health Policy,
Melbourne School of Population

Most public health research on the commercial determinants of health (CDOH) to date has focused on a narrow segment of commercial actors. These actors are generally the transnational corporations producing so-called unhealthy commodities such as tobacco, alcohol, and ultra-processed foods. Furthermore, as public health researchers, we often discuss the CDOH using sweeping terms such as private sector, industry, or business that lump together diverse entities whose only shared characteristic is their engagement in commerce. The absence of clear frameworks for differentiating among commercial entities, and for understanding how they might promote or harm health, hinders the governance of commercial interests in public health. Moving forward, it is necessary to develop a nuanced understanding of commercial entities that goes beyond this narrow focus, enabling the consideration of a fuller range of commercial entities and the features that characterise and distinguish them. In this paper, which is the second of three papers in a Series on commercial determinants of health, we develop a framework that enables meaningful distinctions among diverse commercial entities through consideration of their practices, portfolios, resources, organisation, and transparency. The framework that we develop permits fuller consideration of whether, how, and to what extent a commercial actor might influence health outcomes. We discuss possible applications for decision making about engagement; managing and mitigating conflicts of interest; investment and divestment; monitoring; and further research on the CDOH. Improved differentiation among commercial actors strengthens the capacity of practitioners, advocates, academics, regulators, and policy makers to make decisions about, to better understand, and

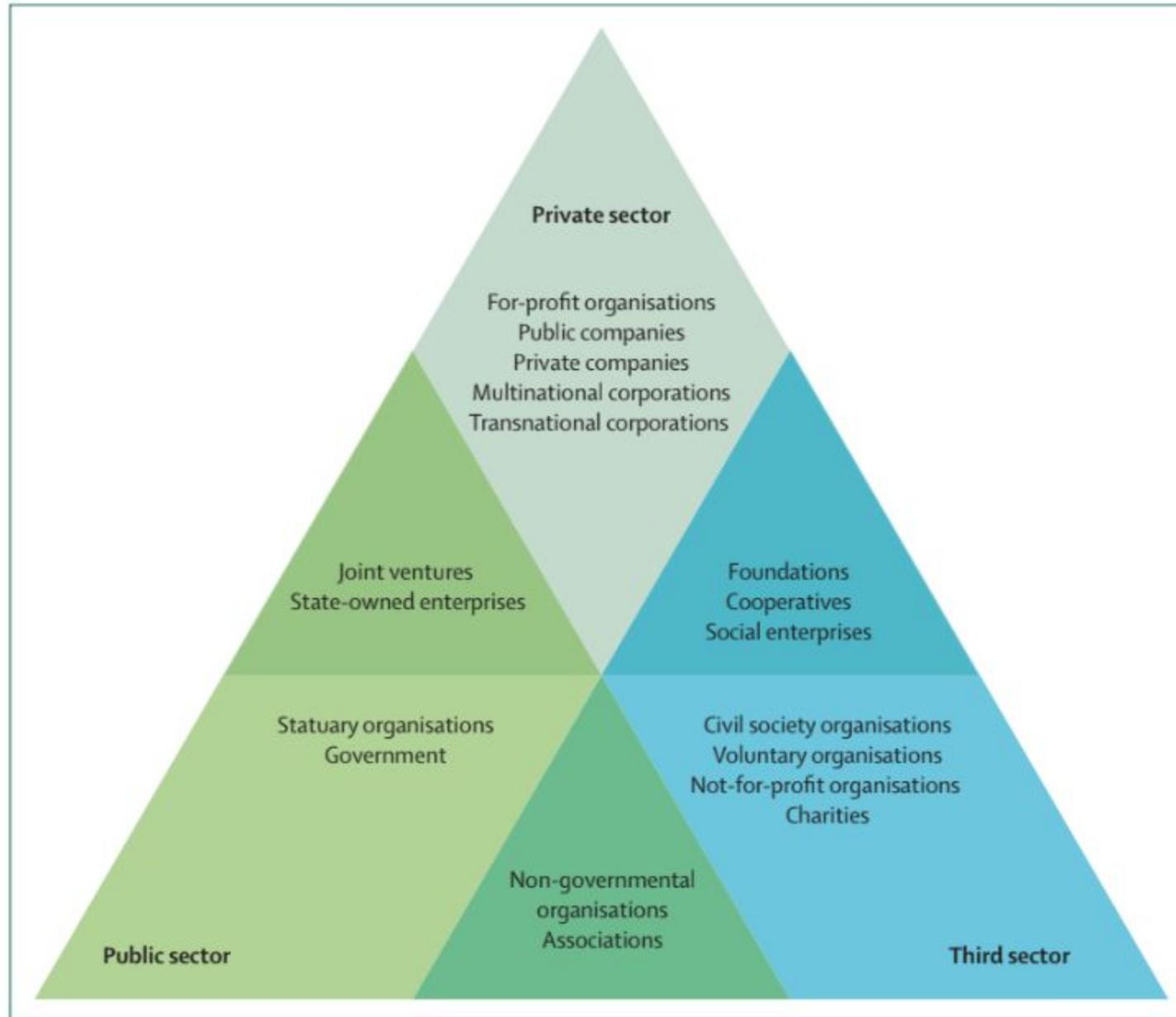
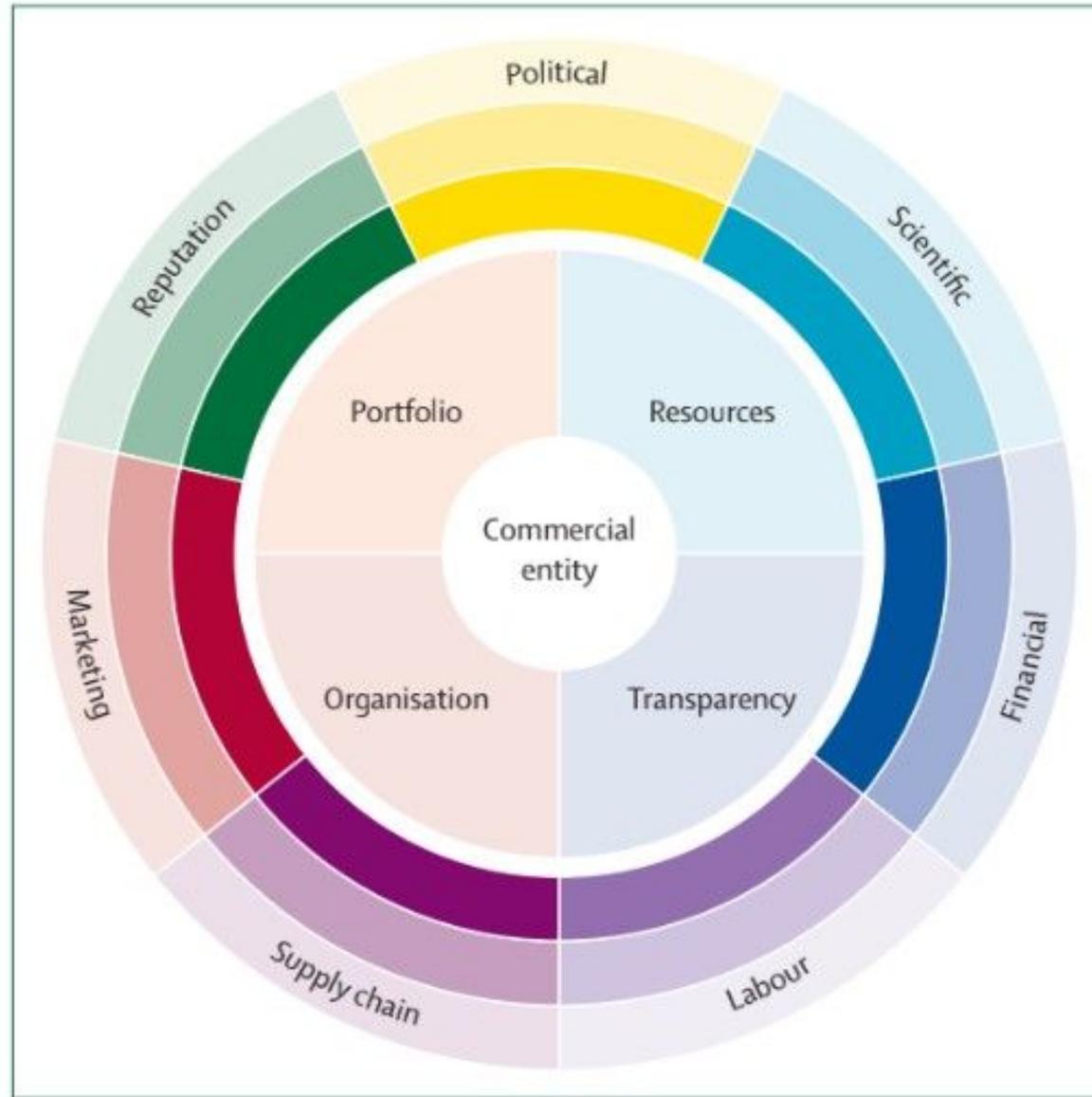


Figure 1: Hybrid entities in the public, private, and third sectors



e Figure 2: Commercial entities and public health framework

Practices and attributes	Category	Definition	Guiding questions	Potential data sources
Practices	Reputational management	Efforts to shape legitimacy and credibility, reduce risk, and enhance corporate brand image	Does the entity engage in reputation management efforts? What activities does it use (eg, corporate social responsibility and brand messaging)? What mediums does it use (eg, media and meetings with politicians)? What are its relationships with and influence over traditional and social media (eg, ownership, board membership, and marketing spend)?	Company websites and annual reports; media reports
	Political	Practices to secure preferential treatment, prevent or favourably shape policies, and circumvent or undermine policies	Does the entity attempt to influence global, supranational, national, or local policy development? Does it seek to circumvent, undermine, or roll back policies already in place? What activities does it use (eg, lobbying, political contributions, and litigation)? What is the nature and extent of the interaction between it and government? What is its relationship with third parties (eg, does it fund and operate through think tanks, business associations, or lobby groups)?	International Institute for Democracy and Electoral Assistance; Open Secrets; Transparency International; University of Bath's Tobacco Tactics; lobbying and political donation registers
	Scientific	Practices involving the production and use of science to alter products or otherwise secure industry-favourable outcomes, or both	Does the entity attempt to influence the production and use of peer-reviewed science? What activities does it use (eg, ghost writing, disputing evidence, or funding research)? Does the entity engage in research and development? Does the entity commercialise publicly funded research? Does (and if so how) the entity use science to increase sales? Does (and if so how) the entity use science to influence policy?	University of Bath's Tobacco Tactics; peer-reviewed literature, including funding and conflicts of interest declarations on papers; policy submissions
	Marketing	Practices to promote sales of products or services	Does the entity engage in marketing practices? What is the nature of its activities (eg, pricing and promotion)? How much does it spend on advertising? Do its marketing practices target communities or individuals in vulnerable circumstances? Does it use harassing communication methods?	Statista; Nielsen; Mintel
	Supply chain and waste	Practices involved in the creation, distribution, retail, and waste management of products or services	What is the nature of the entity's supply chain? What other commercial entities are involved in its supply chain? In what locations do these activities take place? What are the effects of its supply chain practices on health or the environment (eg, pollution, waste, and displacement of local populations)?	University of Bath's Tobacco Supply Chain Database; Carbon Disclosure Project
	Labour and employment	Practices to manage those employed directly within or under contract to the organisation within its supply chain	What is the nature of the entity's employment contracts (eg, wages and leave entitlements)? What are the working conditions across all levels of supply chain? What is the workplace culture? Does the entity provide access to remedy (eg, complaint channels and grievance mechanisms)? Does the entity provide freedom of association? What is the ratio of chief executive officer to median pay?	National bureaux of labour; Compustat Execucomp
	Financial	Practices to support financial position of the organisation	What is the entity's effective tax rate? Does it engage in tax avoidance or evasion? What mergers, acquisitions, or buy-outs has it proposed or completed? Who are its investors? Does it receive funding from government? Does it have a financial stake in other entities?	Orbis; company annual reports; national taxation agencies; Tax Foundation
Portfolio	Products	All goods and services produced	What products (ie, goods or services) does the entity produce? What products do its subsidiaries or parent company produce? Are any products recognised risk factors for non-communicable diseases? Are any products deemed health harming (eg, to mental health or living conditions)? Are any products deemed essential or a human right? How much and what percent of sales and revenue comes from each portfolio segment?	MSCI Global Industry Classification System; IBISWorld
	Market concentration	Degree and nature of horizontal and vertical integration	What is the entity's market share for each of its portfolio segments? What is the degree and nature of horizontal and vertical integration for each of its portfolio segments?	Euromonitor; Statista
Resources	Geographical range	Countries where the entity engages in any of the seven practices	Where are the entity's headquarters located? Where are its subsidiaries located? Are any subsidiaries located in tax havens, and if so, where and how many subsidiaries? In what countries do the entity and its subsidiaries engage in commercial practices?	Orbis; government agencies regulating investments (eg, U.S. Securities and Exchange Commission); company annual reports
	Financial	Annual revenue, profit margins, and other tangible and intangible assets	What is the entity's annual revenue (ie, at national, regional, or global levels)? What are its profits or retained earnings, or both? What are its profit margins? What are its tangible and intangible assets? What are its (claimed) tax or other contributions?	Company annual reports; Statista; Forbes lists (eg, Global 2000)
	Employment	Number and percentage of people the entity employs in a country	How many people does the entity employ in a country? How many people do its subsidiaries employ?	Company annual reports; IBISWorld; Orbis
Organisation	Ownership and control	Ownership and organisational structure of the entity	How is the entity legally classified (eg, publicly listed corporation, listed corporation, not-for-profit, private company, or cooperative)? Does the entity have limited liability? Who owns the entity? Has the entity changed ownership, and if so, why? Who has the largest ownership stake? Who are the board or committee members, and what are their networks and potential conflicts of interests? How are board members and management appointed, removed, held liable, and compensated? How independent are the board or committee members (eg, relationship to the entity or other entities, to shareholders, and to management)? What are the rights and responsibilities of its leadership and management (eg, decision making allocated to chief executive officer or board of directors)?	Orbis; government agencies regulating investments (eg, US Securities and Exchange Commission)
	Funds	Source(s) and nature of funding	How and by whom is the entity funded? Who are the majority funders or investors? Does the entity receive government subsidies or grants?	Annual reports
Transparency	Transparency and disclosure	Breadth and depth of information provided by the entity	Does the entity provide transparent information about its products, resources and influence, ownership and funding, and practices? What is the consistency and quality of these data (eg, accuracy, detail, and timeliness)? Are possible effects on health arising from commercial practices presented to or discussed with external stakeholders?	Company websites and annual reports; Transparency International

Figure 3: Guiding questions and data sources to apply the commercial entities and public health framework

The International Institute for Democracy and Electoral Assistance, Open Secrets, Transparency International, University of Bath's Tobacco Tactics and Supply Chain Database, Statista, Nielsen, Mintel, the Carbon Disclosure Project, Compustat Execucomp, the Tax Foundation, the MSCI Global Industry Classification System, IBISWorld, Euromonitor, and the Forbes lists are available online. *These questions can be asked at different jurisdiction levels.

2-Determinantes Comerciais da Saúde na Agenda das Doenças Crônicas não Transmissíveis e da alimentação e nutrição



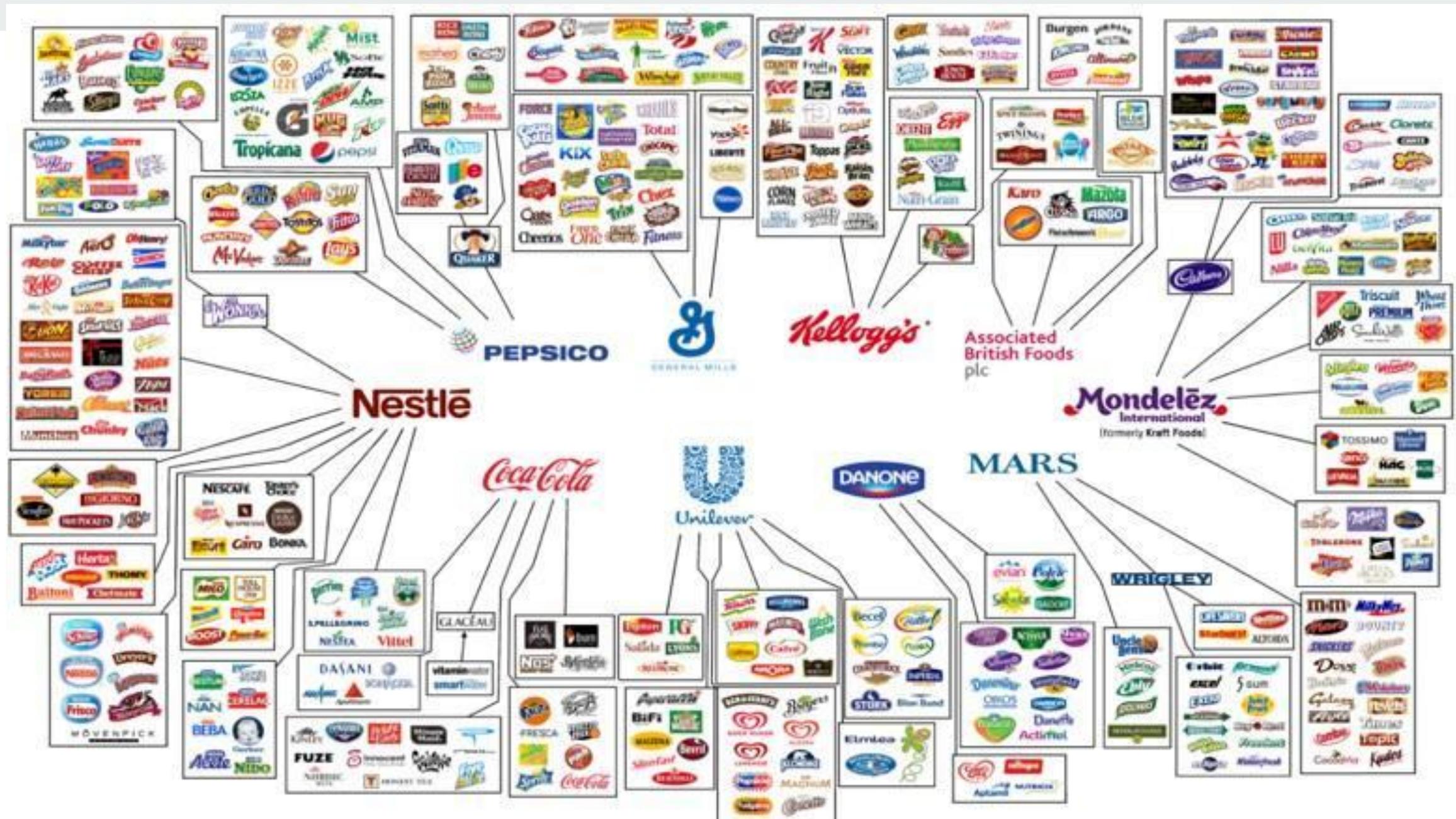
Desafios - influência política das *Big Food e Big Soda* no desenvolvimento, aprovação e implementação das políticas públicas

Me engane de novo

Com táticas aperfeiçoadas pela indústria do tabaco nos últimos 50 anos, as empresas multinacionais de alimentos, bebidas e álcool estão trabalhando para impedir, atrasar e minar políticas que salvam milhões de vidas.

NÃO VAMOS SER ENGANADOS DE NOVO.

	POLÍTICAS DE PREÇO	REGULAÇÃO DE PROPAGANDA	ACESSO
Tabaco	Impostos sobre o tabaco	Proibir a publicidade nos pontos de venda e outras formas de publicidade, promoção e patrocínio	Tornar os locais de trabalho livres de fumo
Álcool	Impostos sobre o álcool	Proibir a publicidade nos pontos de venda e outras formas de publicidade, promoção e patrocínio	Reduzir o número de pontos de venda e horário em que o álcool pode ser vendido
Alimentação	Impostos sobre alimentos com alto teor de açúcar, gordura, sal e calorias	Proibir anúncios de alimentos não saudáveis na programação de TV infantil; considerar outras formas de publicidade	Proibir vendas de refrigerantes e fast food em escolas e centros de saúde



REVIEW

Conceptualizing the commercial determinants of dietary behaviors associated with obesity: A systematic review using principles from critical interpretative synthesis

Yanaina Chavez-Ugalde^{1,2}  | Russell Jago^{1,3,4}  | Zoi Toumpakari³ | Matt Egan^{1,5} | Steven Cummins^{1,5} | Martin White^{1,6} | Paige Hulls² | Frank De Vocht^{1,2,4} 

¹National Institute for Health Research, School for Public Health Research, Newcastle upon Tyne, UK

²Population Health Sciences, Bristol Medical School, University of Bristol, Bristol, UK

³Centre for Exercise, Nutrition & Health

Science, School for Policy Studies, University of

Abstract

Introduction: Unhealthy diet is an important preventable risk factor for overweight and obesity. Identifying the key drivers of an unhealthy diet is an important public health aim. “Big Food” has been identified as an influential factor

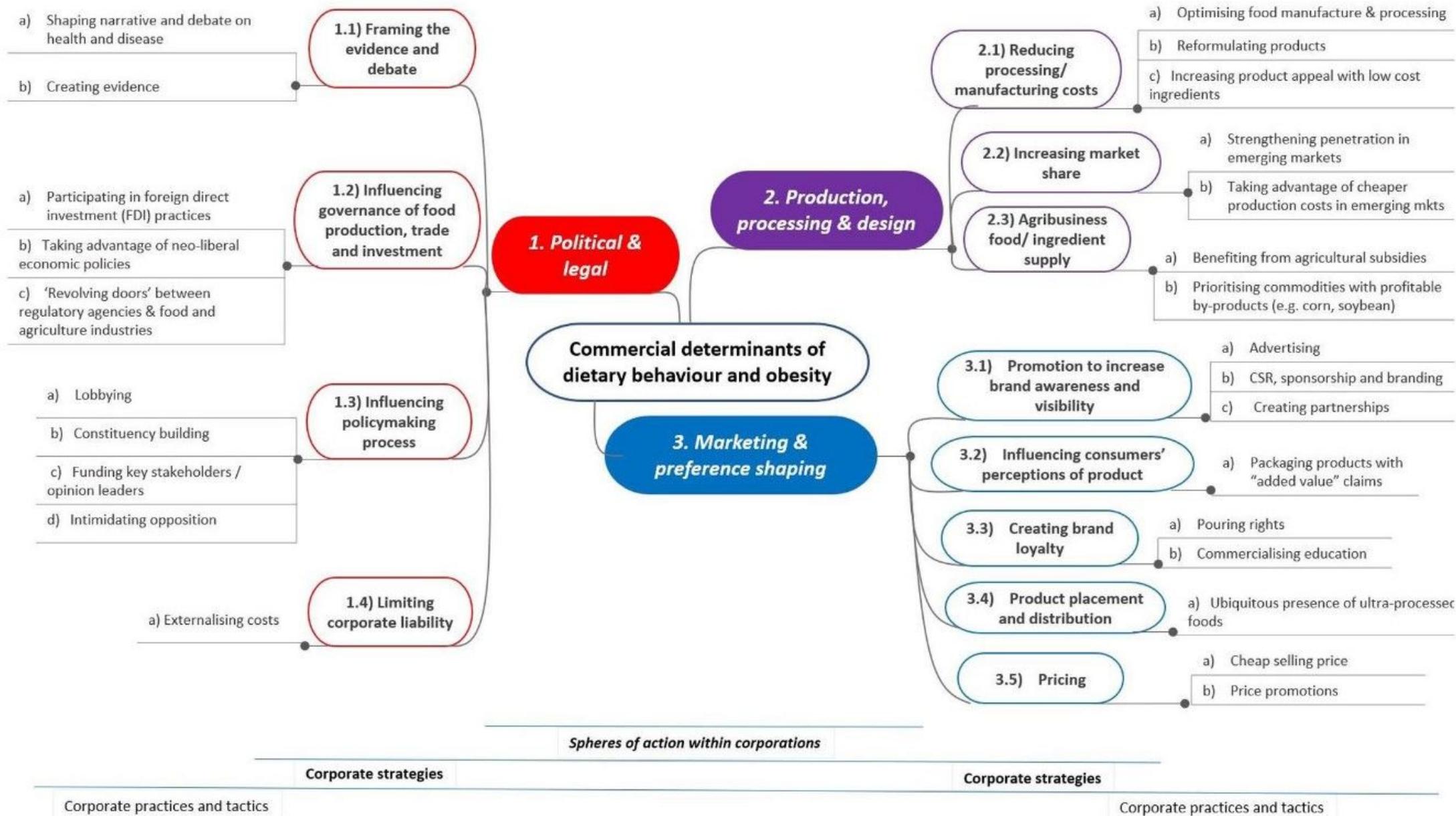


FIGURE 2 Visual representation of the framework for the commercial determinants of dietary behaviors and obesity

4 - Caso brasileiro - revisão da rotulagem nutricional



MORANGO

ALTO EM AÇÚCAR
MIN. SAÚDE

IOGURTE DE FRUTA

**ANVISA,
COM OS TRIÂNGULOS,
76% DOS BRASILEIROS
ENTENDERIAM
O QUE ESTÃO COMENDO.***

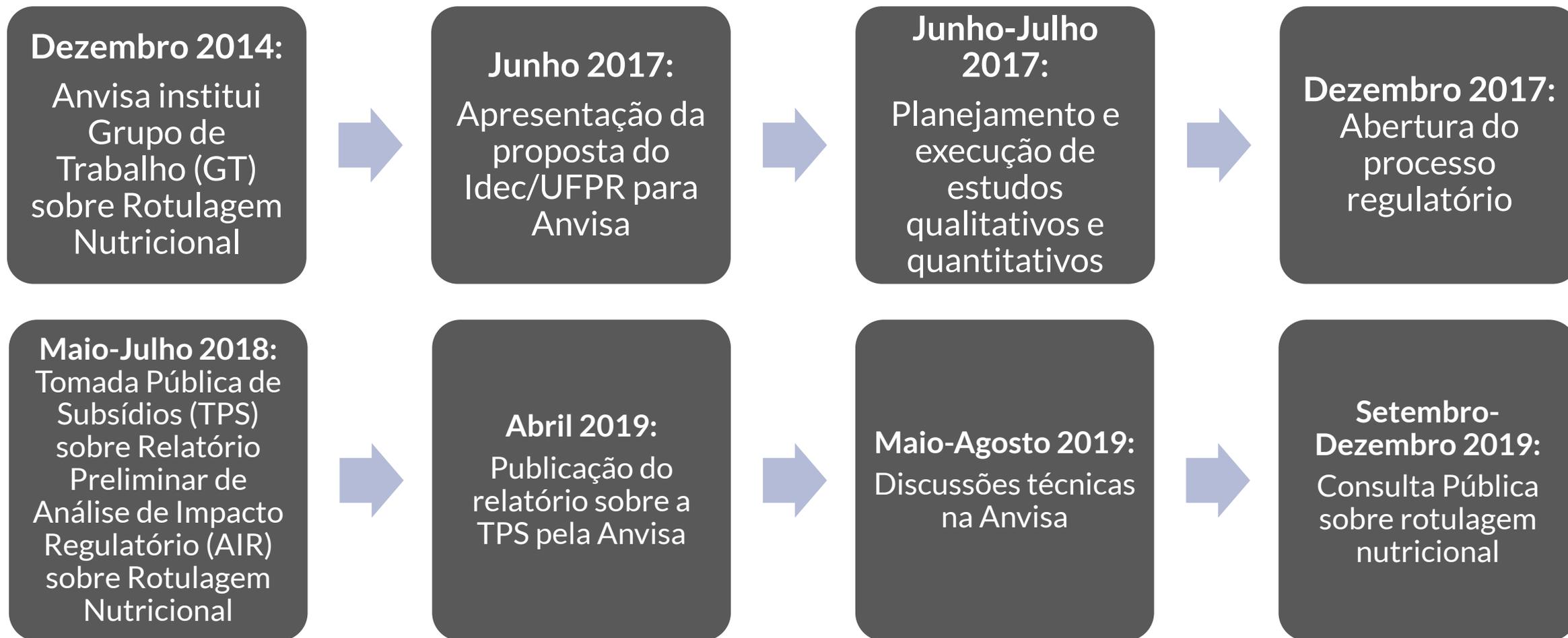
*EM PESQUISA REALIZADA EM 2017, QUANDO APRESENTADOS AO MODELO DE ROTULAGEM PROPOSTO PELO IDEC, 76,46% DOS PARTICIPANTES IDENTIFICARAM CORRETAMENTE O NUTRIENTE EM EXCESSO NO PRODUTO. SAIBA MAIS EM DIREITODESABER.ORG

DIREITODESABER.ORG



Aliança pela Alimentação
Adequada e Saudável

Processo de revisão das normas de rotulagem nutricional pela Anvisa



07/10/2020: aprovação da nova norma pela Anvisa

PROPOSTA PARA O BRASIL: triângulos de advertência

direitodesaber.org



- Informação clara e objetiva
 - Fácil de identificar
- Não precisa de cálculos
- Rápida interpretação

Inéditas no Brasil: Campanhas de mídia de massa



MORANGO **ALTO EM AÇÚCAR** SEM LACTOSE

IOGURTE DE FRUTA

ANVISA, COM OS TRIÂNGULOS, 76% DOS BRASILEIROS ENTENDERIAM O QUE ESTÃO COMENDO.*

*POR PESQUISA REALIZADA EM 2017, QUANDO APRESENTAMOS AO PÚBLICO UM RÓTULO EM PROPOSTA PARA O IÓGURTE. 76,4% DOS PARTICIPANTES IDENTIFICARAM CORRETAMENTE O NÍVEL DE AÇÚCAR NO PRODUTO. SAIBA MAIS EM DIREITODESABER.ORG

DIREITODESABER.ORG

Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável



NINGUÉM PODE SABER O QUE CONTÉM UM ALIMENTO INDUSTRIALIZADO SE A INFORMAÇÃO NÃO ESTIVER CLARA NO RÓTULO.

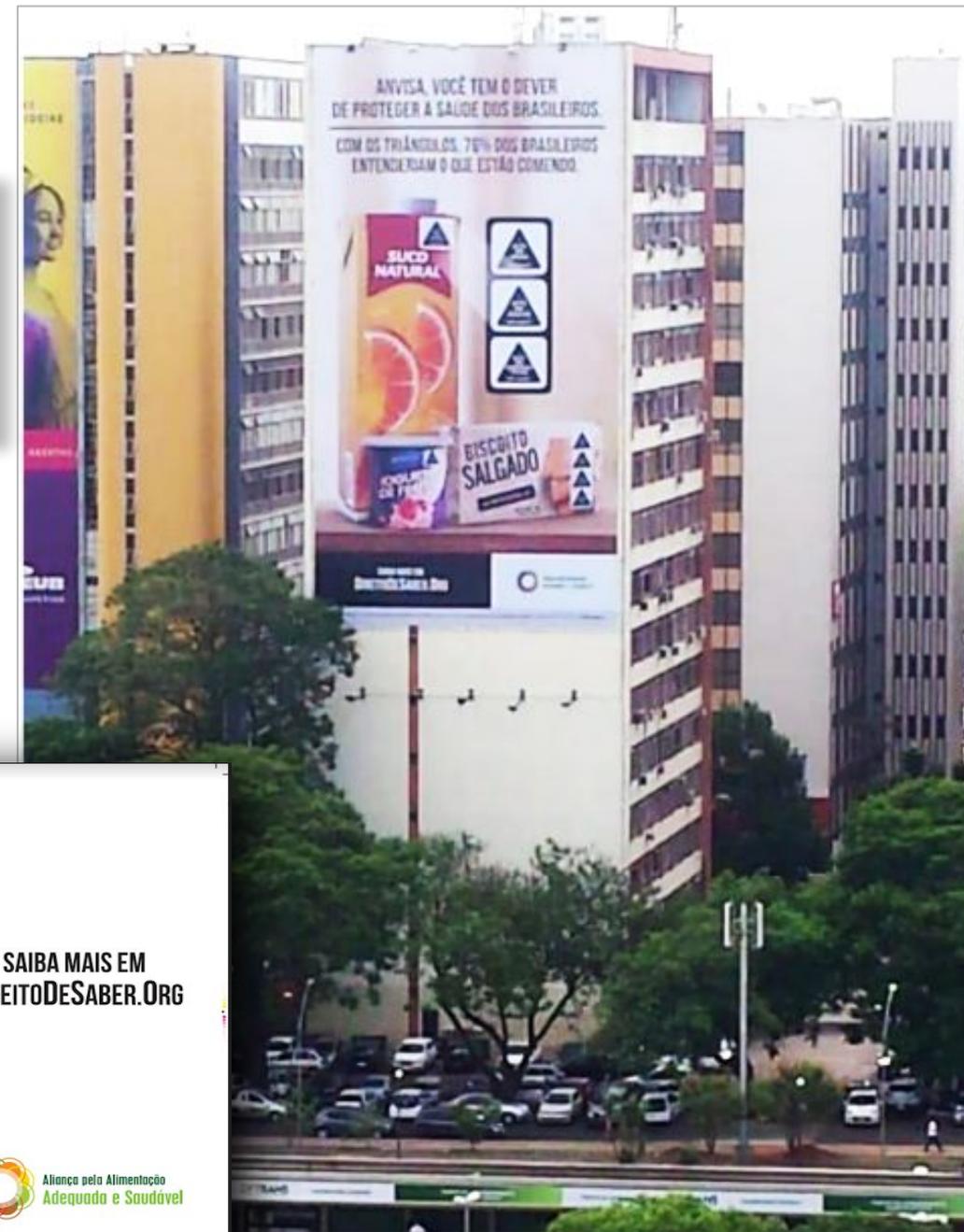
PROF. CARLOS AUGUSTO MONTEIRO
PROFESSOR DO DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO DA USP
COM 18/79

ANVISA, VOCÊ TEM O DEVER DE PROTEGER A SAÚDE DOS BRASILEIROS.

ALTO EM AÇÚCAR SEM LACTOSE
ALTO EM AÇÚCAR SEM LACTOSE
ALTO EM AÇÚCAR SEM LACTOSE

SAIBA MAIS EM **DIREITODESABER.ORG**

Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável



Arguments used by trade associations during the early development of a new front-of-pack nutrition labelling system in Brazil

Melissa Mialon^{1,*} , Neha Khandpur¹, Mais Amaral Laís² and Ana Paula Bortoletto Martins^{1,2}

¹School of Public Health, University of São Paulo (USP), Av. Dr. Arnaldo, 715 – Cerqueira César, São Paulo 01246-904, Brazil: ²Brazilian Institute for Consumer's Defense (Idec), São Paulo, Brazil

Submitted 27 May 2020: Final revision received 31 July 2020: Accepted 9 September 2020

- Questionamento do processo político, das evidências científicas
- Reivindicação da necessidade de ser parte do processo
- Repetição de práticas para deslegitimar o processo, argumentos de falência econômica, regulação desproporcional
- Críticas ao modelo de advertências sem embasamento científico

Rede Rotulagem

The screenshot shows the website's header with social media icons (Facebook, LinkedIn, Instagram) and the title 'REDE ROTULAGEM' in a white box on a dark blue background. A search bar labeled 'Busca' is on the right. Below the header is a navigation menu with 'HOME', 'POSICIONAMENTO', 'MODELO GRÁFICO', and 'PESQUISA IBO'. The main content area features a large headline: 'POR UMA ROTULAGEM NUTRICIONAL INFORMATIVA E EFICIENTE' above a photograph of a diverse group of people smiling. To the right of the headline is a 'NEWSLETTER' sign-up form with the text 'Assine nossa newsletter e receba novidades da Rede Rotulagem', an input field for 'Seu e-mail', and a blue 'INSCREVER-SE' button. Below the form are the words 'NOSSAS REDES SOCIAIS' and a Facebook icon.



REDE ROTULAGEM



www.rederotulagem.com.br

Porta vozes



Qual alimento é proibido?

O Marcio Atalla ouve muito uma mesma pergunta: quais alimentos devemos evitar e quais consumir mais?



Henrique Lian

DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS PROTESTE

antes de nós nos pronunciarmos

A PROTESTE – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor tem como objetivos promover a defesa dos consumidores e cidadão e contribuir para melhorar as relações de consumo na sociedade.



NOVO RÓTULO
DE ALIMENTOS E BEBIDAS

de Nutrição Esportiva

A nutricionista Vanderli Marchiori garante: é possível ter uma alimentação saudável e prazerosa ao mesmo tempo.

Curtir Comentar Compartilhar

Curtir Comentar Compartilhar

Indústria prevê perdas com novos rótulos

Por Cibelle Bouças | De São Paulo



A mudança no modelo de rotulagem de alimentos industrializados pode gerar um impacto negativo na economia de R\$ 30 bilhões a R\$ 98,8 bilhões por ano, segundo estudo realizado a pedido de fabricantes do setor. O levantamento foi feito pela GO Associados e encomendado pela Rede Rotulagem, formada por 22 entidades da área de alimentos e bebidas e encabeçada pela Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (Abia).

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) avalia atualmente duas propostas de rotulagem. Uma foi desenvolvida por um grupo que reúne o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), a Universidade Federal do Paraná e outras 19 entidades. Esse grupo propõe a adoção, na parte frontal da embalagem, de triângulos pretos, advertindo o consumidor sobre o excesso de ingredientes que podem fazer mal à saúde, como açúcar, sódio e gorduras.



As indústrias, por sua vez, propõem a inclusão, na parte frontal das embalagens, de um semáforo destacando informações sobre o volume de açúcar, gorduras saturadas e sódio. A quantidade pode ser classificada como "alta" (em vermelho), "média" (amarelo) ou "baixa" (verde).



Por Guilherme Zocchio em 1 de agosto de 2018 | atualização 10 de agosto de 2018

Organizações cobram Temer, após aceno à indústria de ultraprocessados

COMO A INDÚSTRIA DE ULTRAPROCESSADOS LEVOU A ANVISA NA CONVERSA

12 de março de 2021 - Por João Peres

Documento obtido pelo Joio revela as estratégias das corporações para bloquear a adoção de um modelo de rotulagem que poderia desencorajar o consumo de ultraprocessados

rótulos chilenos vem acompanhada da legenda “pior cenário, evitar”. A apresentação destaca que o modelo chileno proíbe os *claims* nutricionais – mensagens estampadas nos rótulos, como “Rico em vitaminas”, “Com redução do teor de sal” e “Fonte de fibras”.



CICLO REGULATÓRIO – 1 ETAPA: DO PROBLEMA REGULATÓRIO (2014/2016)

PIOR CENÁRIO - EVITAR

6 macronutrientes

Nutrientes totais

Sem exclusões



Proibição Claims Positivos

Alimentos expostos à venda

Extinção Porções

Perfil PAHO

Modelo Chile

4- Evidências e denúncias sobre práticas políticas corporativas no mundo e no Brasil

FOOD POLITICS

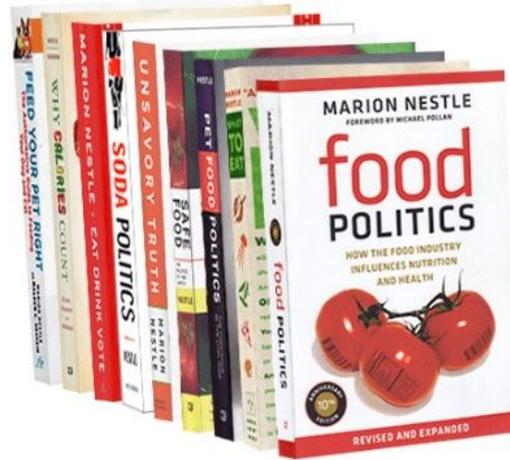
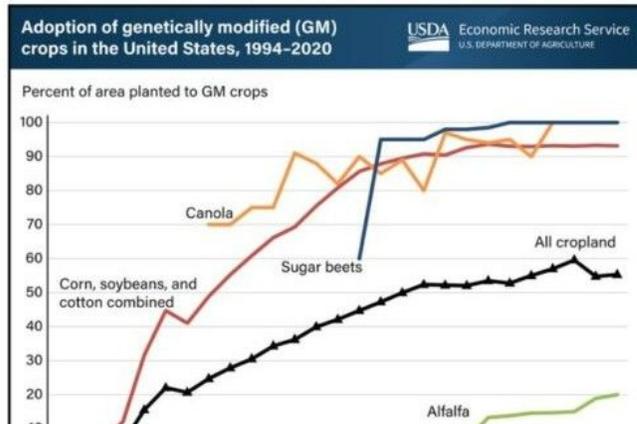
by Marion Nestle

AUG 16 2023

USDA's latest chart on GMOs

I've been tracking what's happening with GMO plantings for a long time, ever since writing *Safe Food: The Politics of Food Safety*.

The USDA has published charts of GMO plantings for a long time, but this is the first one I've seen that incorporates sugar beets and alfalfa. Take a look. It's titled, "[More than half of harvested U.S. cropland uses seed varieties with at least one genetically modified trait.](#)"



FOLLOW MARION

Subscribe  

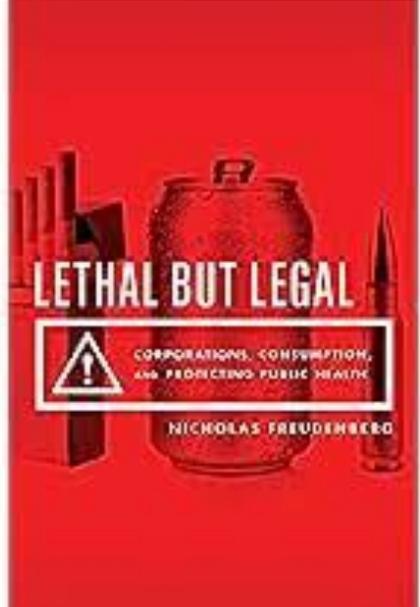
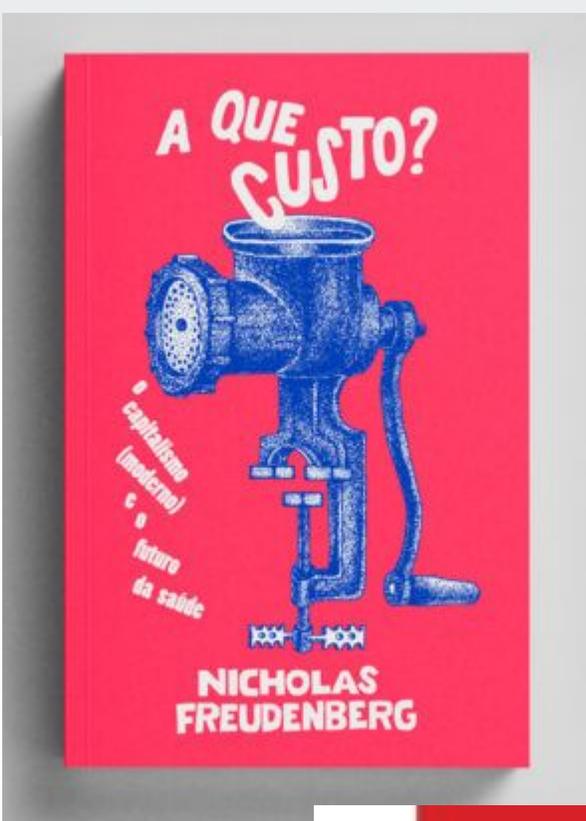
NEXT PUBLIC APPEARANCE

SEP 6 2023 Boston: Northeastern University

My talk, "Food Politics 2023: The Key Issues," is at 10:00 a.m. followed by a reception. Details to follow.

POPULAR POSTS

- On Netflix now: Poisoned
- The Upcoming Farm Bill: What's Needed (Courtesy of Civil Eats)
- Weekend reading: National Dish





OPINION

Opinions | United Nations

A corporate takeover of the UN must be stopped

The UN's vision for the future involves giving corporate executives crucial say in decisions. That is too dangerous to be allowed.



Harris Gleckman

Associate, Transnational Institute, and Senior Fellow at the Center for Governance and Sustainability, University of Massachusetts Boston



3 Aug 2023



<https://www.aljazeera.com/opinions/2023/8/3/a-corporate-takeover-of-the-un-must-be-stopped>

Speech at the U.N. Food Systems Pre-Summit



<https://www.jeffsachs.org/recorded-lectures/5jf86pp5lxch35e6z3nct6xnmb8zy5>



Research | [Open Access](#) | [Published: 27 October 2020](#)

Food industry political practices in Chile: "the economy has always been the main concern"

[Mélissa Mialon](#) , [Camila Corvalan](#), [Gustavo Cediél](#), [Fernanda Baeza Scagliusi](#) & [Marcela Reyes](#)

[Globalization and Health](#) **16**, Article number: 107 (2020) | [Cite this article](#)

1611 Accesses | **1** Citations | **9** Altmetric | [Metrics](#)

práticas políticas corporativas do agronegócio brasileiro



CSP **CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA**
REPORTS IN PUBLIC HEALTH

ARTIGO
ARTICLE

Inflexões representativas, comunicacionais e institucionais em associações das indústrias de alimentos brasileiras

Representative, communicational and institutional changes in the Brazilian associations of food industries

Inflexiones representativas, comunicacionales e institucionales en asociaciones de industrias de alimentos brasileñas

Caio Pompeia ¹

doi: 10.1590/0102-311X00128120

Resumo

Conforme se fortalece, no Brasil, a agenda de promoção da alimentação adequada e saudável, associações nacionais das indústrias de alimentos têm inflexionado sua atividade política corporativa (CPA). Destacando a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA), a Associação Brasileira de Laticínios e a União da Indústria de Cana-de-Açúcar, e tratando do período entre 2014 e 2020, este artigo analisa tal inflexão em suas dimensões representativas, comunicacionais e institucionais. Fundamentado metodologicamente no modelo de identificação da CPA, o trabalho tem como fontes registros da observação participante no Instituto Pensar Agropecuária (IPA) e no Legislativo, anotações de entrevistas com dirigentes e técnicos de associações empresariais e políticos, além de diversos documentos e websites das entidades, do Estado e da sociedade civil. Os resultados demonstram que, na dimensão representativa, as associações das indústrias de alimentos reformularam seu lobbying no Legislativo, para isso criando uma comissão no IPA; na dimensão comunicacional, houve aumento da proeminência de uma narrativa de apropriação da agenda da alimentação adequada e saudável, estratégia discursiva que passou a ladear outras duas narrativas, uma de contraposição à agenda, outra de deslocamento das responsabilidades corporativas para decisões individuais; finalmente, na dimensão institucional, ocorreram notáveis transformações na ABIA, além da criação de outras associações e redes. A conclusão indica que a CPA das principais associações de indústrias de alimentos no país está se alterando de modo acentuado para responder às críticas aos determinantes comerciais da saúde.

Correspondência

C. Pompeia
Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo,
Av. Professor Luciano Gualberto 315, sala 1061, Cidade Universitária, São Paulo, SP 05508-010, Brasil.
caporine@gmail.com

¹ Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

práticas políticas corporativas das indústrias de ultraprocessados no Brasil

Public Health Nutrition: 25(11), 3215–3224

doi:10.1017/S1368980021005036

Electoral campaign contributions: an obstacle to sugary drink industry regulation in Brazil?

Aline Brandão Mariath^{1,2,*} , Larissa Galastri Baraldi^{3,4}  and Ana Paula Bortoletto Martins⁴

¹Chamber of Deputies, Brasília, Distrito Federal, Brazil: ²Post-graduate Program in Public Health Nutrition, School of Public Health, University of São Paulo, São Paulo, Brazil: ³Center for Food Studies and Research, University of Campinas, Campinas, Brazil: ⁴Center for Epidemiological Studies in Health and Nutrition, University of São Paulo, São Paulo, Brazil

doi: 10.21783/rei.v8i2.657

SUBMETIDO: 06 SET. 2021

ACEITO: 31 AGO. 2022

Submitted 30 March 2021: Final revision received 15 November 2021: Accepted 13 December 2021

**ATIVIDADE POLÍTICA CORPORATIVA DA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS E
BEBIDAS ULTRAPROCESSADAS**

**CORPORATE POLITICAL ACTIVITY OF THE ULTRA-PROCESSED FOOD AND
DRINK INDUSTRY**

ALINE BRANDÃO MARIATH¹
ANA PAULA BORTOLETTO MARTINS²

Estratégia	Prática	Mecanismo
Gerenciamento de coalisões	Relacionamento com formadores de opinião e organizações de saúde	Promoção de interações público-privadas com organizações de saúde
		Apoio a organizações profissionais, inclusive por meio de financiamento e/ou propagandas em suas publicações
		Relacionamento informal com formadores de opinião
		Apoio ao emprego de colaboradores favoráveis à indústria em organizações de saúde
	Envolvimento na comunidade	Práticas de filantropia corporativa
		Apoio a iniciativas relacionadas à atividade física
		Apoio à realização de eventos (tais como para a população jovem ou relacionados a artes) e iniciativas voltadas à comunidade
	Relacionamento com a mídia	Relacionamento próximo com organizações de mídia, jornalistas e influenciadores para facilitar o apoio ao setor
	Construção de apoiadores	Estabelecimento de falsas organizações apoiadoras (<i>'astroturfing'</i>)
		Busca por apoio da comunidade e do empresariado pela oposição às medidas de saúde pública
	Fragmentação e desestabilização de apoiadores	Descrédito pessoal e público de defensores da saúde pública como, por exemplo, por meio da mídia e de <i>blogs</i>
		Infiltração e monitoramento de ações e estratégias de indivíduos, grupos e organizações que defendem a saúde pública
Criação de antagonismo entre profissionais		
Gerenciamento de	Produção	Financiamento de pesquisas (incluindo acadêmicos, escritores anônimos, instituições próprias de pesquisa e organizações de fachada)

<i>informações</i>	Amplificação	Seleção cuidadosa de dados que favoreçam o setor industrial, incluindo o uso de evidências não publicadas ou não revisadas por pares	
		Participação e realização de eventos científicos	
		Propostas de educação patrocinadas pelo setor industrial	
	Eliminação	Repressão à disseminação de pesquisas que não estejam adequadas aos interesses do setor industrial	
		Ênfase à discordância entre cientistas e foco nas dúvidas da ciência	
		Críticas às evidências científicas, com ênfase à sua complexidade e incerteza	
	Credibilidade	Ocultação da ligação do setor industrial com a produção de informação e evidências, inclusive por intermédio de cientistas como conselheiros, consultores ou porta-vozes.	
	<i>Envolvimento e Influência Diretos em políticas públicas</i>	Acesso direto	<i>Lobby</i> direto ou indireto (por meio de terceiros) para influenciar a legislação e políticas regulatórias de forma favorável ao setor industrial
			Uso da “porta giratória” como, por exemplo, a atuação de ex-funcionários da indústria no governo e vice-versa
Incentivos		Financiamento e incentivos financeiros a partidos políticos e formuladores de políticas públicas (doações, presentes, entretenimento ou outros incentivos financeiros)	
Ameaças		Ameaça de retirar investimentos se novas políticas públicas de saúde forem instituídas	
Atuação no processo de tomada de decisões pelo governo		Busca por envolvimento em grupos de trabalho, corpos técnicos e conselhos consultivos.	
	Fornecimento de apoio técnico e aconselhamento a formuladores de políticas públicas (incluindo consultorias)		
<i>Ações legais</i>	Uso de processos legais (ou ameaça de	Uso de litígio ou ameaça de seu uso contra governos, organizações ou indivíduos	

5 - Caminhos para mudança e potenciais soluções



Marco de referência sobre a dimensão comercial dos determinantes sociais da saúde: articulação com a agenda de enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis



objetivo: contribuir para o avanço da agenda de enfrentamento das DCNTs no país.

5 eixos de abordagem:

- Governança;
- Modelos de negócios sustentáveis e promotores de saúde;
- Produção de evidências e disseminação de conhecimento;
- Advocacy e empoderamento e
- Cooperação com atores estratégicos.

Governança: fortalecer a governança para a defesa dos interesses de saúde pública no enfrentamento da dimensão comercial das DCNTs

- Manter o processo de tomada de decisão orientado pelas evidências científicas e pela participação da sociedade.
- Fortalecer estruturas de governança garantindo a representação equitativa de atores-chave, buscando o equilíbrio de poderes e de responsabilidades.
- Realizar a articulação de agendas intersetoriais para gerenciar e evitar a influência das corporações ou interesses comerciais na definição de políticas públicas.
- Fortalecer o Ministério Público e a Defensoria Pública com evidências e argumentos para fomentar a defesa, a formulação e a implementação de políticas fiscais e para gerenciar e evitar a influência das corporações ou interesses comerciais em políticas públicas para o enfrentamento das DCNTs.
- Fortalecer o papel das lideranças locais e ampliar espaços de diálogo e formação de redes para gerenciar e evitar a influência corporativa ou interesse comercial em ações de enfrentamento das DCNTs.
- Estabelecer diretrizes que visem reduzir ou evitar interações desnecessárias do agente público com representantes que defendem os interesses da indústria de produtos não saudáveis, principalmente a do tabaco, bebidas alcólicas e alimentos ultraprocessados.
- Criar regras para restringir a realização de negócios ou parcerias entre o Estado e corporações cujas práticas ou produtos causem problemas à saúde e danos ao meio ambiente.
- Regulamentar o lobby com base em princípios éticos e de transparência por meio de orientações claras e rigorosas e com registro de informação.

Modelos de negócios sustentáveis e promotores da saúde: buscar a adoção de modelos de negócios que respeitem as diretrizes dos ODS, promovam a saúde, respeitem os direitos humanos e não causem danos à saúde e ao meio ambiente.

Linhas de ação:

- Incluir a dimensão comercial dos DSS no enfrentamento das DCNTs no currículo de graduação e pós-graduação de diversos cursos acadêmicos visando a mudança de paradigma nos modelos de negócio.
- Desenvolver habilidades e competências entre profissionais de saúde, administração, educação, agricultura, meio ambiente, economia e áreas afins para evitar a influência corporativa e os interesses comerciais no desenvolvimento de políticas públicas.
- Colocar o desenvolvimento sustentável como diretriz na implementação de políticas públicas, incluindo a priorização de empresas que adotem modelos de negócios sustentáveis em contratações e aquisições públicas.
- Estimular empresas que adotam somente modelos de negócios sustentáveis por meio da criação e monitoramento de programas de certificação dessas empresas.
- **Inserir a temática de modelo de negócio sustentável, ético e transparente na formação de profissionais de marketing, administração, economia e áreas afins.**
- Assegurar que ações de responsabilidade social corporativa sejam transparentes e respeitem os direitos humanos e que estejam em sintonia com as diretrizes dos ODS.

Produção de evidência e disseminação de conhecimento para incentivar a produção de evidências e a disseminação de conhecimento para abordar a dimensão comercial no enfrentamento das DCNTs.

Linhas de ação:

- Criar projetos de extensão universitária para avançar o conhecimento da dimensão comercial dos DSS no enfrentamento das DCNTs.
- Criar uma agenda de pesquisa e incentivar o financiamento público de estudos sobre as diversas práticas de influência corporativa no desenvolvimento e implementação de políticas públicas para a redução do consumo de produtos não saudáveis.
- Regular o financiamento de pesquisas com o objetivo de evitar conflitos de interesse.
- Mapear diferentes interesses, compreender a influência das corporações e entender o nível de risco associado a diferentes formas de colaboração e parceria desses atores com o governo.
- Identificar, monitorar e dar visibilidade à influência corporativa e interesses econômicos envolvidos no desenvolvimento e implementação de políticas públicas para a redução do consumo de produtos não saudáveis.
- Fomentar pesquisas sobre o impacto de acordos e tratados internacionais de comércio para potencializar as discussões sobre os impactos na dimensão comercial dos DSS no enfrentamento das DCNTs.
- Realizar estudos econômicos e de saúde para avaliar o impacto das políticas fiscais e regulatórias em relação ao consumo de produtos não saudáveis.

Commercial Determinants of Health 3



Commercial determinants of health: future directions

Sharon Friel, Jeff Collin, Mike Daube, Anneliese Depoux, Nicholas Freudenberg, Anna B Gilmore, Paula Johns, Amos Laar, Robert Marten, Martin McKee, Melissa Mialon

This paper is about the future role of the commercial sector in global health and health equity. The discussion is not about the overthrow of capitalism nor a full-throated embrace of corporate partnerships. No single solution can eradicate the harms from the commercial determinants of health—the business models, practices, and products of market actors that damage health equity and human and planetary health and wellbeing. But evidence shows that progressive economic models, international frameworks, government regulation, compliance mechanisms for commercial entities, regenerative business types and models that incorporate health, social, and environmental goals, and strategic civil society mobilisation together offer possibilities of systemic, transformative change, reduce those harms arising from commercial forces, and foster human and planetary wellbeing. In our view, the most basic public health question is not whether the world has the resources or will to take such actions, but whether humanity can survive if society fails to make this effort.

Introduction

The COVID-19 pandemic, the climate emergency, the rising burden of non-communicable diseases (NCDs),

Offering an alternative

The model in the first paper in this Series¹ highlights the many ways in which health and health equity harms can

Lancet 2023; 401: 1229–40

Published Online

March 23, 2023

[https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(23\)00011-9](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(23)00011-9)

See [Editorial](#) page 1131

See [Comment](#) page 1137

See [Perspectives](#) pages 1147 and 1148

This is the third in a [Series](#) of three papers about commercial determinants of health. All papers in the Series are available at thelancet.com/series/commercial-determinants-health

Mensagens chave



- **Não existe uma solução única** para erradicar os danos dos modelos de negócios, práticas e produtos dos atores do mercado que afetam os padrões de saúde humana e planetária
- **Necessidade de agir em setores específicos e nos papéis sistêmicos** mais amplos dos atores comerciais
- Abordar o tema **requer o reequilíbrio das assimetrias de poder**
- O mundo precisa de um sistema de governança multinível que privilegie os interesses públicos sobre os lucros e desafie o capitalismo contemporâneo a aumentar a compatibilidade com a saúde e a equidade na saúde
- Uma agenda de ação para sistemas econômicos e políticos progressistas, estruturas internacionais, políticas e regulamentações domésticas, modelos de negócios regenerativos e mobilização estratégica da sociedade civil juntos oferecem possibilidades para uma mudança sistêmica transformadora

Painel: Práticas do setor comercial e exemplos de soluções

Práticas Políticas

- Minimizar o envolvimento da indústria na formulação de políticas
- Criar políticas aplicáveis de conflito de interesses, lobby e transparência
- Implementar legislação contra suborno e corrupção
- Proteger os denunciadores (whistleblowers)
- Garantir a transparência nas consultas de políticas

Práticas Científicas

- Garantir sistemas de financiamento baseados no interesse público que reduzam a capacidade da indústria de moldar a ciência
- Criar um registro público de ensaios
- Interromper a educação científica patrocinada pela indústria
- Treinar usuários da ciência, incluindo jornalistas
- Fortalecer a governança de conflito de interesses e transparência em organizações de pesquisa e revistas científicas
- Promover o ativismo acadêmico

Painel: Práticas do setor comercial e exemplos de soluções



Práticas de Marketing

- Aplicar controles abrangentes sobre o marketing de produtos nocivos à saúde (incluindo por meio de mídia social, rotulagem e métodos de marketing predatório)
- Criar e aplicar regulamentos sobre estratégias de marketing predatório pela indústria

Práticas sobre Cadeia de produção e gestão de resíduos

- Incluir externalidades - contabilidade de custo total e aumentos de impostos
- Melhorar os dados sobre a saúde da cadeia de produção e riscos e danos ambientais
- Garantir preços mínimos nos contratos de fornecimento
- Implementar impostos especiais de consumo para aumentar o preço e desencorajar o uso de produtos nocivos

Painel: Práticas do setor comercial e exemplos de soluções



Práticas sobre Trabalho e emprego

- Aplicar regras sobre condições de trabalho decentes e padrões de saúde e segurança
- Habilitar e apoiar a sindicalização
- Proteger os denunciantes
- Instituir regras sobre disparidades salariais dentro das organizações
- Responsabilizar as organizações comerciais pelas condições de trabalho da cadeia de suprimentos

Práticas Financeiras

- Evitar despesas dedutíveis de impostos para marketing ou práticas promocionais que se apresentam como responsabilidade social corporativa
- Abordar efetivamente a evasão fiscal e os preços de transferência
- Incorporar o princípio do poluidor pagador para fornecer financiamento sustentável
- Implementar políticas de concorrência antimonopólio
- Criar registros de beneficiários efetivos para ajudar a melhorar a transparência dos fluxos financeiros internacionais

Painel: Práticas do setor comercial e exemplos de soluções



Práticas sobre Gestão de reputação

- Desnormalizar práticas prejudiciais da indústria de commodities para expor práticas reais
- Expor e desnormalizar a responsabilidade social corporativa fraudulenta e os esforços ambientais, sociais e governamentais e garantir supervisão suficiente de terceiros. Classificar os esforços de responsabilidade social corporativa da indústria prejudicial à saúde como marketing e restringir seu uso.
- Proibir parcerias governamentais ou intergovernamentais com organizações do setor comercial prejudiciais à saúde

Exemplos concretos de avanços





UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA

Gabinete da Diretoria



DIRETRIZES PARA A IDENTIFICAÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE EM CONVÊNIOS/PARCERIAS/PATROCÍNIOS/APOIOS ESTABELECIDOS ENTRE A FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA E PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS

Uma situação de conflito de interesse pode ser identificada quando a pessoa física ou jurídica envolvida tem interesse no resultado do convênio/parceria/patrocínio/apoio que possa lhe beneficiar de forma pessoal, profissional ou corporativa.

Lei nº 12.813, 2013. Dispõe sobre o conflito de interesses no Poder Executivo federal

Art. 5º Configura conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal:

II - exercer atividade que implique a prestação de serviços ou a manutenção de relação de negócio com pessoa física ou jurídica que **tenha interesse em decisão** do agente público ou de colegiado do qual este participe;

V - **praticar ato em benefício de interesse de pessoa jurídica** de que participe o agente público, seu cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e que **possa ser por ele beneficiada ou influir em seus atos de gestão**;

VI - **receber presente** de quem tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe fora dos limites e condições estabelecidos em regulamento; e

VII - prestar serviços, ainda que eventuais, a empresa cuja atividade seja controlada, fiscalizada ou regulada pelo ente ao qual o agente público está vinculado.



Associação Brasileira de Nutrição

www.asbran.org.br | www.rasbran.com.br | www.conbran.com.br

PORTARIA ASBRAN N°01, DE 01 DE AGOSTO DE 2015

Institui critérios para o estabelecimento de parcerias, apoios e patrocínios realizados com a ASBRAN.

A ASBRAN não estabelece parcerias com:

“indústrias, empresas e ou instituições que comercializem, promovam, ofertem, doem, incentivem ou usem bebidas de baixo teor nutricional; bebidas alcoólicas; alimentos com elevada quantidade de açúcar e/ou gordura saturada e/ou gordura trans e/ou sódio; alimentos transgênicos; produtos para emagrecimento e ‘nutrição estética’ para os quais não haja evidências científicas de seus efeitos; produtos que prometem ‘milagres’, efeitos ou impactos para os quais não haja evidências científicas de seus efeitos; produtos ultraprocessados; redes de fast-food; políticas e práticas de conflito com a saúde”

Postura de la Sociedad Latinoamericana de Nutrición (SLAN) sobre el manejo de conflicto de intereses

Simón Barquera, D en CS,⁽¹⁾ Claudia Gabriela García-Chávez, M en C,⁽¹⁾ Deborah Navarro-Rosenblatt, M en C,⁽²⁾
Ricardo Uauy, D en CS,⁽³⁾ Rafael Pérez-Escamilla, D en CS,⁽⁴⁾ Reynaldo Martorell, D en CS,⁽⁵⁾
Manuel Ramírez-Zea, D en CS,⁽⁶⁾ Karina Sánchez-Bazán, M en AP⁽¹⁾

Sociedade Latinoamericana de Nutrição (SLAN)

Em 2017, a entidade sem fins lucrativos de pesquisadores e profissionais de nutrição estabeleceu um Comitê de Conflito de Interesses para propor uma postura sobre o manejo destas situações

Destaques do posicionamento:

- Promove uma cultura de conhecimento e sensibilização a respeito de conflitos de interesses
- Não aceita patrocínios, doações ou apoio financeiro de instituições/pessoas com interesses comerciais
- Exige que todos os palestrantes e apresentadores participantes do congresso internacional da SLAN declarem seus conflitos de interesses



BIG FOOD

O PODER DAS INDÚSTRIAS DE
ULTRAPROCESSADOS



<https://www.youtube.com/watch?v=PKUmGbFS4BQ>



Obrigada!